



GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE*

Gabinete

Gabinete Presidencial



FAAP

Desde 1947



FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO



F Ó R U M
FAAP
DE DISCUSSÃO
ESTUDANTIL

GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE*

De 30 de maio a 02 de junho de 2018
São Paulo
www.faap.br
forumfaap_com@faap.br
(11) 3662-7262



FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

CONSELHO DE CURADORES

Presidente

Sr^a. Celita Procopio de Carvalho

Integrantes

Dr. Benjamin Augusto Baracchini Bueno

Dr. Octávio Plínio Botelho do Amaral

Dr. José Antonio de Seixas Pereira Neto

Sr^a. Maria Christina Farah Nassif Fioravanti

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente

Dr. Antonio Bias Bueno Guillon

ASSESSORIA DA DIRETORIA

Assessor Administrativo e Financeiro

Sr. Tomio Ogassavara

Assessor de Assuntos Acadêmicos

Prof. Rogério Massaro Suriani

FACULDADE DE ECONOMIA

Diretoria

Prof. Silvio Passarelli

Coordenação

Prof^a. Fernanda Petená Magnotta

Prof. Paulo Dutra Costantin

Fórum FAAP de Discussão Estudantil - Coordenação

Prof. Victor Dias Grinberg



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caros delegados,

É com muito prazer que lhes damos boas-vindas à XV edição do Fórum FAAP de Discussão Estudantil e convidamos a participar do Gabinete Presidencial Brasileiro de 1993, na discussão do Plano Real, responsável por, entre outras conquistas, acabar com a hiperinflação que assolava o Brasil desde a redemocratização.

Depois do golpe militar de 1964, o milagre econômico entre os anos de 1968 e 1973, as crises do petróleo da década de 1970 e as políticas econômicas como o Programa Nacional do Desenvolvimento (PND) 1 e 2, a inflação brasileira disparou por diversos motivos, que devem ser compreendidos, explorados e solucionados por esse Gabinete.

A mesa diretora os encoraja a se engajarem no processo de estudo, a compreenderem as políticas econômicas e como aplicá-las para controlar a inflação. Especificamente a inflação desse período que contém diversas particularidades.

Aproveitem a oportunidade de aprofundamento na economia brasileira.

Boa sorte!

Os diretores.



INTRODUÇÃO

A economia brasileira, à época do fim da ditadura militar, apresentava sinais muito particulares. Os dois choques do petróleo (1973 e 1979) e a crise de liquidez internacional de 1982, que diminuíram enormemente o fluxo de capitais tanto mundiais quanto no Brasil, explicitaram a dependência da economia nacional do capital estrangeiro. A moratória declarada pelo México (1982) ainda ajudou a selar o destino da América Latina como um todo, taxada a partir daí como “má pagadora”, os investimentos diminuíram de forma massiva, também no Brasil. Com o cessar de grande parte desses, o balanço de pagamento brasileiro, que já tinha déficit da conta-corrente, financiado até então por meio de empréstimos desde a primeira crise do petróleo, em 1973, fica em déficit definitivo, pressionado, principalmente, pelos encargos da dívida, tanto em decorrência dos maiores juros internacionais quanto do próprio processo de Estatização da dívida pública. A inflação, contida desde 1967 por conta, principalmente, das medidas adotadas pelo Programa de Aceleração Econômica do Governo (PAEG), volta, então, a crescer,

atingindo 235% ao fim de 1985.

Apesar dos ajustes fiscais realizados pelo governo entre os anos de 1983 e 1984, a inflação não desacelerava. As medidas de austeridade mostraram-se insuficientes para conter o aumento generalizados de preços. Dever-se-ia, então, buscar quais seriam as causas reais e como combatê-las. Esses questionamentos dividiram os economistas da época em diversas frentes que, apesar de concordar com certos diagnósticos, enxergavam diferentes tratamentos para a doença que era a inflação para a economia brasileira.

Em meio ao processo de redemocratização, o presidente que seria eleito indiretamente deveria ter grande capital político e poder de articulação para instituir as medidas necessárias. Tancredo Neves era o candidato considerado chave no processo, detentor da capacidade de administrar forças antagônicas. Porém, sua morte colocou seu vice, José Sarney, em foco. Sem a legitimidade das urnas, busca tal legitimidade por meio da instituição de um plano que tinha como objetivo a contenção da inflação e a estabilização da economia.



HISTÓRICO DO PROBLEMA

1. GOVERNO SARNEY

A. OS PLANOS

I. Plano Cruzado

a. Os pilares do Plano

O Plano Cruzado, instituído pelo Ministro Dilson Funaro, durante o Governo Sarney, assumiu uma perspectiva heterodoxa frente ao combate da inflação. A fim de exterminá-la e estabilizar a economia, instituiu quatro grandes pilares:

1) Reforma Monetária e Congelamento:

Instituiu-se uma nova moeda, o Cruzado, à paridade de 1000 Cruzeiros = 1 Cruzado. Tal alteração, além de possibilitar uma intervenção nos contratos firmados, já que se estabelecia uma nova unidade monetária e, também, normas para a conversão de valores contratuais com taxas específicas, transmitia a sensação de força e estabilidade, afinal, psicologicamente, os preços pareciam diminuir de 1000 para 1.

Os preços de todos os produtos estariam congelados a partir do lançamento do plano no dia 28 de fevereiro de 1986, sem aviso prévio. O mesmo

para a taxa de câmbio, que foi fixada ao valor do dia anterior ao lançamento.

Para o controle do congelamento de preços, existia a Tabela da Sunab (Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços), responsável por listar produtos e preços e, também contava-se com o auxílio da população engajada no plano como “fiscais do presidente”, que deveriam fiscalizar e denunciar estabelecimentos, caso não seguissem a Tabela.

2) Desindexação da Economia

Proibiu-se por lei a indexação de contratos com prazos inferiores a um ano. As obrigações financeiras foram mantidas nos valores da moeda antiga (Cruzeiro), que era desvalorizada diariamente em relação ao Cruzado mediante uma Tablita. O objetivo de tais medidas era acabar com a expectativa da inflação futura, embutida em tais transações.

3) Índice de Preços e Cadernetas de Poupança

Com o objetivo de livrar os níveis inflacionários da contaminação do mês de fevereiro, instituiu-se um novo índice, o IPC, que substituiria o IPCA.



E as cadernetas de poupança deixaram de ter rendimentos mensais e passaram a ter rendimentos trimestrais.

4) Política Salarial

Os salários também foram congelados. Mas, antes do congelamento, eles deviam ser convertidos para seus valores em Cruzado. Para calcular tal valor, fazia-se uma média dos seis meses anteriores em valores correntes e tal média era convertida mediante uma tabela com valores corrigidos, a preços correntes de fevereiro. Foi concedido, também, um aumento de 8% a todos os assalariados, sendo que o aumento foi de 16% para os que recebiam salário mínimo.

Também foi instituído um mecanismo criado para evitar muitas perdas nos valores dos salários, o gatilho salarial. Tal mecanismo funcionava da seguinte maneira: caso a inflação atingisse a casa dos 20%, os salários seriam automaticamente reajustados (em 20%). E tinha como objetivo garantir a proteção dos salários reais (congelados à época).

II. As consequências do Plano

Inicialmente, o Plano Cruzado obteve um grandioso sucesso. Por nove meses, a inflação caía e a sensação de bem-estar se propagava. Nesse período, o consumo aumentou drasticamente e a economia começava a apresentar, novamente, sinais de superaquecimento.

“O aumento do poder de compra dos salários, a despoupança voluntária causada pela ilusão monetária, o consumo reprimido durante os anos de recessão e o congelamento de alguns preços em níveis defasados em relação a seus custos detonaram conjuntamente uma explosão do consumo”. (MODIANO, 1990, p.293)

Começa um novo problema: o desabastecimento. A expansão da demanda em decorrência do plano foi intensa. Produtos desapareciam das prateleiras, principalmente aqueles, que no dia 28 de fevereiro, quando houve o congelamento sem aviso, estavam defasados e não tiveram a oportunidade de se ajustar, ou que, por exemplo, estavam em promoção.

Para tentar contornar a situação, instituiu-se um pacote fiscal na tentativa de desacelerar o aquecimento na economia: o Cruzadinho, que



consistia “num pacote fiscal para desaquecer o consumo e, ao mesmo tempo, financiar um plano de investimentos e infraestrutura e metas sociais.” (CASTRO, 2010, p. 114) Porém, a população, já insatisfeita com o desabastecimento, não recebeu bem tal pacote, aumentando o expurgo popular ao índice de preços oficial.

Além de tais casos, existiam tentativas de driblar o congelamento de preços, por meio de, por exemplo, a “criação” de novos produtos que não existiam na Tabela.

Quando os preços foram finalmente descongelados, por meio do pacote fiscal Cruzado II, que tinha como objetivo aumentar a arrecadação do governo via impostos indiretos, a inflação disparou, acumulando mais de 20% desde março de 1986. Tal explosão ativa o gatilho salarial, que aumentou o rendimento da população.

As contas externas nacionais estavam aos frangalhos, devido, principalmente, à taxa de câmbio congelada num valor muito elevada no período do plano, desestimulando exportações, estimulando importações e acarretando numa perda da competitividade do produto nacional no cenário

internacional. O déficit público aumentou, afinal, o congelamento de preços congelou a arrecadação governamental, sem alterar os gastos. Diante de tal cenário, em 1987, além do fim do Plano Cruzado, o Brasil declara moratória e a inflação volta a crescer.

II. Plano Bresser

O plano Bresser, instituído pelo Ministro Luís Carlos Bresser-Pereira, que substituiu Dilson Funaro, foi um plano de estabilização econômica com o objetivo de diminuir a inflação, evitando os erros do Plano Cruzado.

A inflação foi diagnosticada como, não só inercial, mas também, de demanda. “O Plano Bresser foi apresentado à população como um programa híbrido, que incluía tanto elementos ortodoxos quanto heterodoxos para o combate à inflação.” (MODIANO, 1990, p.297)

a. Os pilares do plano:

Pelo ponto de vista ortodoxo, seriam utilizadas políticas monetárias e fiscais para conter a inflação, diminuindo o consumo por meio do aumento da taxa de juros; aumentando a arrec-



dação do governo e diminuindo o déficit público via aumento de tarifas, eliminação de subsídios e cortes nos investimentos públicos.

O ponto de vista heterodoxo trazia muitas similaridades com o recém-fracassado Plano Cruzado, mas com algumas alterações:

- 1) Um congelamento de preços em três estágios que possibilitava um descongelamento gradual (fase 1: congelamento total por 3 meses; fase 2: flexibilização do congelamento; fase 3: descongelamento total). Sendo que este foi comunicado, o que possibilitava um último reajuste.
- 2) Salários atrelados a um novo indexador: URP (unidade de reajuste de preços), que corrigiria mensalmente os salários por meio de uma média das inflações dos três últimos meses precedentes.
- 2) Criação de uma nova Tablita e de novas normas contratuais especificamente para os contratos de aluguéis.

b. As consequências do Plano

“A inflação caiu de 21,4% em junho para 3% e 6,4% em julho e agosto de 1987, respectivamente” (MODIANO, 1990, p. 299) e apesar do

sucesso inicial do plano, a falta de apoio popular foi fator determinante para seu fracasso. O trauma gerado pelo Plano Cruzado ainda era muito forte e, dessa vez, o congelamento dos preços não foi respeitado.

O povo, com medo de ser submetido a mais congelamentos, desmantelou todo o plano, impossibilitando que as medidas, de fato fossem instauradas. “Diante do temor de um novo congelamento, houve remarcações preventivas de preços, que contribuíram para aumentar os desequilíbrios entre preços relativos.” (CASTRO, 2011 p. 116) Sem controle dos preços, o governo se viu pressionado, já em agosto, a reduzir o escopo de preços tabelados e permitir alguns reajustes pontuais.

O Ministro Bresser-Pereira ainda tentou instituir uma reforma tributária, com o intuito de melhorar as contas brasileiras, porém, enfrentou grande resistência.

A inflação voltava a crescer, chegando, em dezembro, aos 14%. “(...) sob uma onda de rumores de um iminente congelamento de preços, e diante do desgaste provocado pelas resistências



à sua proposta de uma reforma tributária progressista, o Ministro Bresser-Pereira pediu demissão.”

(MODIANO, 1990, P. 301).

c) A Política do “Feijão com Arroz”

Com a saída de Bresser-Pereira, Maílson da Nóbrega assume o Ministério da Fazenda. Ele, por sua vez, não propõe, inicialmente, um plano grandioso como seus antecessores e, sim, políticas que não visavam nenhuma mudança estrutural. A ideia seria uma melhor administração do fluxo de caixa do governo.

Repudiou ideias heterodoxas de combate à inflação e propôs medidas ortodoxas graduais para desacelerar o processo inflacionário e reduzir o déficit público. Para tal, suspendeu a indexação dos salários a funcionários públicos, reduziu a taxa de aumento das tarifas públicas e proibiu a contratação de novos funcionários pelo governo, entre outras. As medidas se baseavam, fundamentalmente, no congelamento de valores nominais de empréstimos do setor público e na contenção salarial dos funcionários do Estado.

Porém, com a instituição da “Constituição Cidadã”

em 1988, que instaurava novas dinâmicas do Estado para com os gastos e a economia como um todo, a política do Feijão com Arroz foi rapidamente abandonada devido ao inevitável fracasso.

“Apesar dos diversos avanços em relação aos direitos, do ponto de vista econômico, a nova Constituição afetou severamente a capacidade de o Governo Central controlar as contas públicas, principalmente, por três fatores: crescimento da vinculação de receitas do governo; redução da participação dos gastos federais no total do gasto público, diminuindo a sua capacidade de controlar os dispêndios; e incremento das despesas com a Previdência.” (CASTRO, 2011, p. 118)

d) Plano Verão

Frente ao fracasso da Política do Feijão com Arroz, o Ministro Maílson da Nóbrega instituiu, em 1989, o Plano Verão, que, devido ao insucesso das medidas graduais, acabou radicalizando as propostas de indexação.

I. Os pilares do Plano

Anunciado, também, como um programa



híbrido, continha elementos ortodoxos e heterodoxos.

Pelo lado ortodoxo, a pretensão governamental era uma contração da demanda agregada, através do aumento da taxa de juros, que também tinha como fim, diminuir a especulação com estoques de moeda estrangeira e cortes das despesas públicas.

(MODIANO, 1990, p. 305)

O lado heterodoxo, promovia, assim como o Plano Cruzado, uma reforma monetária, instituindo o Cruzado Novo (NCz\$), à paridade de 1 cruzado = 1000 cruzados novos. O programa de desindexação radical também se enquadra nessa categoria. Nesse plano, todos os mecanismos de indexação foram extintos, inclusive o URP salarial, criado no plano Bresser. Não foram estabelecidas normas de indexação com relação a, por exemplo, contratos com preços em cruzados, ou aluguéis, preocupação importante dos planos anteriores. Também foram realizados congelamentos de preços, por tempo indeterminado e, na véspera, foram autorizados aumentos específicos taxados pelo próprio governo (sendo que tais aumentos seriam computados na inflação do

mês, assim como no Plano Bresser).

II. Consequências do plano

“Do ponto de vista de eficácia do Plano Verão, a inflação baixou no primeiro mês de sua implementação (fevereiro), mas, já em março, entrou em rota ascendente.” (CASTRO, 2011, p. 118) A falta de normas de indexação fornecia liberdade a cada agente de olhar o índice como fosse mais conveniente. O resultado de tal plano, para a economia foi a inflação ultrapassando os 80% ao mês no começo de 1990.

e) Plano Collor I

Fernando Collor de Mello assume a presidência em 1990 e, assim que assume, a Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, já lança seu primeiro plano econômico.

I. Bases do Plano

“O diagnóstico do Plano Collor era que existia uma fragilidade financeira do Estado (...) propunha resolver o problema da alta inflação através da desindexação parcial da economia e desoneração temporária do pagamento de juros



sobre a moeda indexada.” (CASTRO, 2011, p. 139)

O Plano Collor I reintroduziu o Cruzeiro ao padrão monetário nacional e promoveu um novo congelamento de preços de bens e serviços, apesar da pouca credibilidade de tais medidas frente aos diversos fracassos.

O ponto de mudança de tal plano está relacionado ao campo financeiro. Collor instituiu o “sequestro da liquidez”. A partir daquele momento, todas as aplicações financeiras superiores ao valor de NCr\$50.000 estavam bloqueadas pelo governo por 18 meses, sendo que ele se comprometia a devolver tais ativos, convertidos em cruzeiros, em 12 prestações e, mediante uma taxa de juros de 6% ao ano.

O plano também aumentou a arrecadação do governo por meio da indexação do Imposto de Renda, da criação de novos impostos e do aumento do imposto sobre produtos importados (IPI), entre outros.

De forma geral, promoveu um ataque à demanda, por meio de políticas fiscais e monetárias contractionistas e um ataque ao componente inercial,

pelo congelamento de preços e salários.

I. Consequências do Plano

O plano “errou ao tentar controlar o estoque e não o fluxo” (CASTRO, 2011, p. 140) e apesar do controle inflacionário inicial, que baixou a inflação de 80% a.m. para 10% a.m., esta voltou a crescer e disparou nos meses subsequentes, porém, mediante a forte contração econômica.

Além disso, o plano Collor, principalmente por conta do confisco de ativos, gerou grande repercussão nacional, baixando, e muito, a popularidade do presidente, o que possibilitou, futuramente, devido escândalos de corrupção, o processo de *impeachment*.

f) Plano Collor II

A concepção para o controle inflacionário do segundo Plano de Collor se baseava na racionalização de gastos do governo, corte de despesas e da aceleração do processo de modernização do parque industrial nacional. Dessa forma, promoveu a demissão de funcionários públicos e cortou ministérios.



O Plano Collor II foi interrompido por conta de esquemas de corrupção do governo Collor que foram descobertos e revelados. A sucessão de escândalos inviabilizou todo o programa econômico que necessitava de credibilidade. Tal fato acabou desencadeando o processo de *impeachment*, que culminou com a renúncia do Presidente e a posse de Itamar Franco.

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Com a posse de Itamar Franco, vice de Collor, Fernando Henrique Cardoso se torna Ministro da Fazenda e, a partir daí, inicia-se a tentativa de criação de planos para estabilizar a economia.

O principal problema a ser combatido era, sem dúvida, a hiperinflação e tudo o que a causava e, pior, a perpetuava. E em torno dessa questão, se formou um grande debate que versava sobre como fazer isso. Surgiram diversas correntes numa tentativa de propor soluções para o problema.

Diante da ineficácia das medidas fiscais e monetárias implementadas na primeira metade dos anos 1980, fortaleceu-se a tese de que o princípio da correção

monetária, introduzido no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), tornara-se um elemento de dificuldade para o combate à inflação. Mas, embora houvesse certa unanimidade quanto à necessidade de promover a desindexação da economia brasileira, o modo de fazê-lo estava longe de ser consensual. (GIAMBIAGI, 2011, p. 101)

1. As propostas

Em 1984, havia basicamente quatro propostas de desindexação sendo discutidas: (1) “Pacto Social”, proposto por economistas do PMDB e da Unicamp; (2) o “Choque Ortodoxo”, defendido, sobretudo, por alguns economistas da FGV; (3) o “Choque Heterodoxo” de Francisco Lopes, da PUC-Rio; e (4) a “Reforma Monetária” de André Lara Resende e Pêrsio Arida, ambos também da PUC-Rio. (GIAMBIAGI, 2011, p. 102)

a. Pacto social

Os defensores dessa proposta acreditavam que a inflação brasileira era consequência de uma disputa constante entre os diversos setores da sociedade por maiores fatias da renda nacional. No também chamado de conflito distributivo,



os diferentes grupos buscam deter essa maior parcela da renda nacional que, se somadas, seriam maiores do que a renda agregada da economia.

A cada momento, um grupo diferente se apropria de uma parcela maior. Ou seja, uma parcela aumenta sua fatia por meio do aumento de salários; no momento subsequente, outro grupo, os empresários, por exemplo, tomam a maior fatia, aumentando os preços. Esse ciclo que se retroalimenta será repetido constantemente, elevando o nível de preços, ou seja, causando inflação. “Em resumo, era até possível, transitoriamente, alterar a participação de uma determinada categoria na renda nacional, mas, ao longo do tempo, a distribuição permanecia a mesma. O resultado para a economia, todavia, era um processo inflacionário.” (GIAMBIAGI, 2011, p. 102)

Vale notar ainda que os economistas do PMDB compartilhavam a crença de que o fim do “conflito distributivo” só seria possível numa democracia, em um governo de coalizão. Nela, através de um acordo arbitrado ou promovido pelo governo, seria possível convencer empresários e trabalhadores de

que a estabilização era um bem maior. Bastaria que todos concordassem em não aumentar seus preços por um determinado período para dar fim à inflação. (GIAMBIAGI, 2011, p. 102)

b. Choque Ortodoxo

Baseavam-se na teoria econômica de David Hume e Thomas Friedman: a teoria quantitativa da moeda. Não enxergavam nada de excepcional na inflação brasileira, que se trataria apenas da consequência de diversas políticas monetárias expansionistas e dos excessivos gastos públicos.

De acordo com esses economistas, era preciso promover um “Choque Ortodoxo”. Ou seja, eram precisos: severos cortes de gastos, aumento de receitas e tributos e corte brusco da emissão de moeda e de títulos da dívida. Ao mesmo tempo, dever-se-ia promover a desindexação da economia e a liberalização total de seus preços. (GIAMBIAGI, 2011, p. 102)

c. Choque Heterodoxo e Reforma Monetária

Ambas propostas eram advindas por economistas da PUC-Rio e baseadas em diversos estudos econométricos que apresentavam dois



fatores principais, como afirma Giambiagi, 2011:

O primeiro, que o componente de realimentação pela inflação passada (componente inercial) era a principal causa da inflação do ponto de vista estatístico. O segundo indicava que a influência sobre a inflação de variações no hiato do produto (componente da “Curva de Phillips” da inflação) era muito pequena. Nesse sentido, um hiato de produto de cerca de 15% reduziria a inflação em apenas 4% ou 6% ao ano. Isso seria insignificante, dada a dimensão da inflação no país, além de ser politicamente insustentável.

d. O componente inercial da inflação e o descompasso nos ajustes de preços

A inflação com a qual o Brasil se deparava, nesse momento, trazia uma peculiaridade que não poderia ser ignorada: o fator inercial. “A inflação torna-se inercial quando os contratos têm cláusulas de indexação que restabelecem seu valor real após intervalos fixos de tempo”. (LARA-RESENDE; ARIDA, 1986, p. 17) Numa economia indexada, a memória inflacionária é algo muito forte. Aplica-se no valor presente (seja ele preços, salários ou contratos, por exemplo) a expectativa de inflação

futura, baseando-se na inflação passada. No caso do Brasil, existiam cláusulas em contratos que autoajustavam os preços, perpetuando o aumento generalizado e aumentando a inflação.

A indexação é um dos principais fatores que perpetuam o componente inercial. Atrélada ao psicológico, podem acarretar problemas imensos à economia, tal qual a hiperinflação. “Numa economia indexada, a tendência inflacionária torna-se a própria inflação do período anterior e pode ser agravada, ocasionalmente, por flutuações decorrentes de choques de oferta (...) ou demanda.” (CASTRO, 2010, p. 105).

Outro fator importante de ser ressaltado é o desequilíbrio de preços. No momento em que a economia brasileira se encontrava, os preços relativos não eram ajustados simultaneamente. Havia a liberdade de ajustes, porém, não existia sincronia, ou seja, os preços se acertavam conforme a inflação e, também, conforme o ajuste de preços dos seus componentes. “Uma fotografia da economia num dado ponto do tempo mostraria preços relativos em desequilíbrio.” (LARA-RESENDE; ARIDA, 1986, p. 16)



PANORAMAS

ITAMAR FRANCO

Depois do processo de *impeachment* e da renúncia do presidente Fernando Collor de Mello, o vice, Itamar Franco, do Partido de Reconstrução Nacional (PRN), assume. Itamar detinha pouco capital político, mas uma meta que devia ser cumprida para o bem-estar da população brasileira: a criação de um plano econômico que fosse capaz de acabar com o monstro que era a inflação, que, naquele momento, atingia os 2477% anuais. Foi o responsável por unir o grupo de economistas que formavam esse gabinete.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Senador do estado de São Paulo, atuava como Ministro de Relações Exteriores até ser formalmente convidado pelo Presidente Itamar Franco para compor o grupo seleta que deveria salvar o Brasil da hiperinflação. Considerado um intelectual de carreira, ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

Formado em sociologia pela Universidade de São Paulo, foi um expoente da teoria da dependência, na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Foi um dos membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que se desligou do partido e fundou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1988.

FRANCISCO LOPES

Economista de formação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-graduado em Harvard, fazia parte, assim como Pêrsio Arida, André Lara Resende e Edmar Bacha, do grupo que formulou o Plano Cruzado na era Sarney. Em 1987, também auxiliou na elaboração do Plano Bresser, mas já não ocupava cargo no governo.

“Para o economista Francisco Lopes, o problema da estabilização poderia ser solucionado através de um pacto de adesão compulsória: um congelamento de preços.” (GIAMBIAGI, 2011, p. 104)



GUSTAVO FRANCO

Graduado em Economia pela PUC-Rio, onde também obteve o título de mestre, é doutor pela Universidade de Harvard, especialista em inflação, estabilização, história econômica e economia internacional. Pesquisador da inflação alemã, estudava o fenômeno de hiperinflação, que precedeu a Segunda Guerra Mundial e como foi superado.

Trouxe para o grupo uma noção especial e específica com relação à fixação da taxa de câmbio e como ela tinha papel essencial para a estabilização nacional. (GIAMBIAGI, 2011, p. 150)

PÉRSIO ARIDA E ANDRÉ LARA RESENDE

Pérsio Arida é formado em Economia na Universidade de São Paulo, onde lecionou de 1980 a 1984. Em 1992, concluiu seu doutorado no Massachusetts Institute of Technology (MIT). André Lara Resende é formado em Ciências Econômicas na PUC-Rio e, assim como Arida, tem seu PHD pelo MIT.

Juntos, participaram do grupo responsável pela criação do plano Cruzado no governo Sarney, na tentativa falha de conter a inflação. Criaram uma proposta muito interessante para frear a hiperinflação brasileira, baseados em experiências prévias, na Argentina e em Israel, com algumas modificações nos planos que sucederam 1993 (nos planos Cruzado, Bresser e Verão).

Para Pérsio Arida e André Lara Resende, o congelamento “engessava” a economia, eliminando o mecanismo de autorregulação dos mercados via preços e causava várias distorções alocativas. A ideia alternativa, que ficou conhecida como “Proposta Larida”, em homenagem aos dois autores, era desindexar a economia através da introdução de uma moeda indexada que circularia paralelamente à moeda oficial brasileira. (GIAMBIAGI, 2011, p. 104)

EDMAR BACHA

Edmar Bacha é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais e tem mestrado e doutorado pela Yale University com uma tese sobre a política brasileira do café e o mercado internacional. Participou da criação



do Plano Cruzado, no governo Sarney, junto a Pêrsio Arida e André Lara Resende.

De acordo com este, a coexistência entre déficit operacional baixo (menos de 1,0% na média 1991-1993) e alta inflação no país não deveria ser interpretada (como fora por ocasião do Plano Cruzado) como prova da pouca relevância do desajuste fiscal para a inflação. Existiria no Brasil um “déficit potencial”, um desequilíbrio não revelado. Isso porque a demanda por recursos, expressa por ocasião da votação orçamentária, vinha sendo muito superior ao efetivamente verificado ao final do ano fiscal. (GIAMBIAGI, 2011, p. 143)

WINSTON FRITSCH

Winston Fritsch é graduado e mestre em Engenharia pela UFRJ e doutor em Economia pela Universidade de Cambridge. Membro do PSDB e muito preocupado com a inserção do Brasil no cenário internacional, foi convidado pelo presidente Itamar Franco a participar da vida pública como Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

PEDRO MALAN

Formado em Engenharia Elétrica pela PUC-Rio e doutor em Economia pela Universidade Berkley, Pedro Malan participou da vida pública desde o Governo Collor, quando foi o responsável por reestruturar e renegociar a dívida externa dentro do então instituído Plano Brady.

CLOVIS CARVALHO

Clovis Carvalho é formado em Engenharia pela Escola Politécnica da USP. Foi secretário de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo em 1986. É um dos fundadores do PSDB e ocupou cargos de gestão em empresas públicas, como Metrô, Sabesp e Comgás. Ocupa a secretária-executiva do Ministério da Fazenda.

HUMBERTO LUCENA

Senador pelo estado da Paraíba e presidente do Senado Nacional, Humberto Lucena é membro do PMDB. Já ocupou os cargos públicos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador. É formado em Direito pela Universidade Federal



de Pernambuco. Iniciou sua carreira política em 1950 e continuou na política pelo PMDB durante o regime militar.

INOCÊNCIO OLIVEIRA

Inocêncio Oliveira é Deputado Federal pelo estado de Pernambuco. Exerce o cargo desde 1975, quando entrou na vida política como candidato do partido ARENA. Atualmente, filiado ao Partido da Frente Liberal. Médico de formação, é o atual presidente da Câmara dos Deputados.

RECOMENDAÇÃO DE LEITURAS E FILMES:

1. *3000 dias no bunker* – Guilherme Fiuza
2. *Inflação Zero* – Org. Pérsio Arida
3. *Economia Brasileira Contemporânea* (capítulos 5 e 6) – Org. Fabio Giambiagi
4. *Ordem do Progresso* (capítulos a partir do "A ópera dos 3 Cruzados – a numeração dos capítulos muda de acordo com a edição) – Org. Marcelo Paiva Abreu.

DOCUMENTO DE POSIÇÃO OFICIAL (DPO)

Considerando o que foi apresentado neste guia de estudos, o Documento de Posição Oficial (DPO) de cada delegado deve conter uma página e seguir a seguinte formatação:

- Times new Roman, 12.
- Espaçamento Simples.
- Texto justificado.
- Margens: 2cm x 2 cm x 2 cm x 2 cm.
- Nome do representante em caixa-alta, negrito e centralizado.
- Brasão de Armas ou Emblema Nacional no canto superior direito.
- Assinatura do delegado no canto inferior direito.

Respeitando as limitações político partidárias de cada representante, deve-se ressaltar o posicionamento ao que deve ser feito com relação à situação da economia brasileira. Procurem responder à pergunta: Como solucionar o



problema da hiperinflação?

O DPO deve ser entregue até o fim da primeira sessão para correção e avaliação. Os documentos terão notas atribuídas que serão contabilizadas aos outros pontos e estarão sempre disponíveis para consultas durante todos os dias do Fórum FAAP.

Vale lembrar que os DPOs devem ser autorais e o plágio, além de ilegal, incorre em nota 0 (zero) para o documento.

POST SCRIPTUM

Como propósito reflexivo, seguem considerações sobre o desenvolvimento do Plano Real, executado pós-cenário supracitado.

Baseado em um artigo escrito por Pêrsio Arida e André Lara-Resende, que souberam lidar de maneira excepcional com os principais problemas da economia: a indexação e a inflação inercial.

1) Os pilares do Plano Real.

O Plano Real foi um plano híbrido com três pilares centrais:

a) Ajuste Fiscal: Promoveu-se um aumento na arrecadação, via impostos; e uma diminuição dos dispêndios, por meio de corte nos gastos do governo. Diminuindo, também, a demanda por conta do aumento de taxas.

b) Reforma Monetária: esse é o ponto-chave para o controle da inflação inercial e, também, para o problema da indexação. Criava-se, inicialmente, o URV (Unidade Real de Valor), que seria ajustada diariamente e circularia de maneira paralela ao Cruzeiro Real (moeda da época). E, futuramente, trocar-se-ia o URV pelo Real.

c) Âncora cambial: Institui-se o câmbio fixo a uma paridade 1 para 1 com o dólar americano.

Tais pilares deveriam ser devidamente debatidos com a população, explicitados e explicados. Seriam conquistados por meio de diferentes fases, cada uma à sua hora, assim como foram listadas.

O plano foi formado ainda no fim da gestão de Itamar Franco e, com a saída de FHC do ministério com o intuito de concorrer à presidência, Rubens Ricupero assume as rédeas do Ministério da Fazenda.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva (Org). **A ordem do Progresso: dois séculos de Economia Política do Brasil.** São Paulo: Campus-Elsevier. 1990. 472p.

ARIDA, Pérsio (Org). **Inflação Zero – Brasil, Argentina e Israel.** São Paulo: Editora Paz e Terra. 1986.

BRESSER Pereira, Luiz C. Da Inflação à Hiperinflação: uma abordagem estruturalista. In REGO, J.M. **Inflação e Hiperinflação – Interpretações e Retórica.** São Paulo: Bienal 1990, p. 7-28.

FIUZA, Guilherme. **3.000 dias no Bunker: Um plano na cabeça e um país na mão.** Rio de Janeiro: Editora Record. 2017.

FRANCO, Gustavo H. B. O Milagre do Rentenmark: uma experiência bem-sucedida com moeda indexada. **Revista Brasileira de Economia**, 1989, vol. 4, n. 3, p. 431-450. 1989.

_____. **O Plano Real e Outros Ensaios.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves – 2ª edição. 1995.

GIAMBIAGI, Fábio, et al. (Org). **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010.** São Paulo:

Campus-Elsevier. 2011. 272p.

LOPES, Francisco L. **O Desafio da Hiperinflação: em Busca da Moeda Real.** Rio de Janeiro: Editora Campus – 3ª edição. 1989.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Trinta Anos de Indexação.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora – 1ª edição. 1995.